

ACÇÃO URGENTE

JORNALISTA DETIDO ACUSADO FORMALMENTE

O jornalista Amade Abubacar foi formalmente acusado dos crimes de “instigação pública a um crime com uso de meios informáticos”, “instigação” e “injúria contra agentes da autoridade ou força pública”, nos termos dos artigos 323, 393 e 406 do Código Penal moçambicano.

PARTICIPE NESTA ACÇÃO: ENVIE UM APELO ESCRITO, PELAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS OU UTILIZANDO ESTE MODELO DE CARTA

Exmo. Sr. Ministro Joaquim Veríssimo
Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
Av. Julius Nyerere 33
Maputo, Moçambique
E-mail: mjcr@mjcr.gov.mz e vilanchic@yahoo.com.br

Exmo. Senhor Ministro,

Gostaria de chamar a atenção de V. Ex.^a para o caso de **Amade Abubacar**, jornalista da rádio comunitária Nacedje, sediada no distrito de Macomia, província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.

No dia 16 de Abril, Amade Abubacar foi formalmente acusado dos crimes de “instigação pública a um crime com uso de meios informáticos”, “instigação” e “injúria contra agentes da autoridade ou força pública”, nos termos dos artigos 323, 393 e 406 do Código Penal moçambicano.

Amade tem estado arbitrariamente detido desde o dia 5 de Janeiro, data em que foi preso por agentes da polícia no distrito de Macomia, sem um mandado. Na altura da sua prisão, Amade estava a entrevistar pessoas que fugiam de suas casas devido à intensificação de ataques violentos perpetrados por indivíduos que se crê serem membros de um grupo extremista. Amade foi mantido em regime de incomunicabilidade pelo exército durante 12 dias e alega que, durante esse período, foi sujeito a diversas formas de maus-tratos que poderão constituir tortura.

Amade foi apresentado ao tribunal pela primeira vez no dia 18 de Janeiro, o que ultrapassa o limite de 48 horas para uma pessoa ser levada a tribunal após ser presa. Ele esteve em prisão preventiva por mais de 90 dias antes de ser acusado formalmente. Segundo o artigo 308 do Código de Processo Penal, o prazo de prisão preventiva não deve exceder os 90 dias a contar da prisão.

Amade aguarda julgamento na prisão de Mize, na cidade de Pemba, onde as autoridades prisionais continuam a negar-lhe visitas dos seus familiares. Ainda não foi marcada uma data para o seu julgamento. O seu advogado aguarda também uma resposta relativamente ao pedido de libertação sob fiança, apresentado no dia 26 de Fevereiro no Tribunal Provincial de Cabo Delgado em nome do seu cliente.

Apelo a V. Ex.^a para que:

- Assegure que sejam retiradas todas as acusações contra Amade Abubacar e para que ele seja imediata e incondicionalmente libertado, pois encontra-se detido apenas pelo seu trabalho de jornalista;
- Assegure que, enquanto aguarda a sua libertação, Amade Abubacar seja regularmente conduzido perante um juiz e protegido contra a tortura e outros maus-tratos; e que as suas condições de

AMNESTY
INTERNATIONAL



detenção respeitem as normas internacionais, nomeadamente o acesso a água, alimentação e cuidados de saúde adequados;

- Assegure que lhe seja facultado o pronto acesso aos seus familiares e advogados;*
- Assegure o pleno respeito pelo direito de liberdade de expressão e pela liberdade dos média e que os jornalistas consigam fazer o seu trabalho sem receio de ataques, intimidação ou perseguição.*

Atentamente,

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Amade Abubacar é um jornalista local da rádio comunitária Nacedje, sediada no distrito de Macomia, província de Cabo Delgado. É também jornalista freelance. Foi preso no dia 5 de Janeiro pela Polícia da República de Moçambique (PRM), no distrito de Macomia, e levado para a Esquadra da Polícia de Macomia. Foi preso quando estava a entrevistar pessoas deslocadas internamente (PDI) que tinham fugido de suas casas devido à intensificação dos violentos ataques perpetrados por supostos elementos de um grupo extremista conhecido como Al-Shabab. No mesmo dia, Amade foi transferido da custódia policial para a custódia militar, onde passou 12 dias em detenção solitária, durante os quais alega ter sido sujeito a diversas formas de maus-tratos. O exército está proibido de manter civis detidos. Voltou depois a ser transferido para a custódia policial no dia 17 de Janeiro.

No dia 18 de Janeiro, o Tribunal Judicial do Distrito de Macomia ordenou que permanecesse detido a aguardar julgamento no Comando Distrital da Polícia de Macomia. No dia 24 de Janeiro, Amade foi transferido da prisão distrital de Macomia para a prisão de Mize, na cidade de Pemba, a capital da província de Cabo Delgado.

Os distritos do norte da província de Cabo Delgado, incluindo o de Macomia, têm sido alvo de ataques armados desde Outubro de 2017. Os ataques são executados por indivíduos que se crê serem membros de um grupo extremista, o Al-Shabab, que invade aldeias, lança fogo às casas, mata os habitantes a golpes de machete e saqueia a sua comida. Vários habitantes das aldeias atacadas fugiram para outros distritos, temendo pelas suas vidas. Esta província é importante para o governo central devido à sua riqueza em recursos minerais, em particular gás e rubis. O governo aumentou portanto a presença militar na região após o início dos ataques. Desde então, as autoridades têm vindo a intimidar e perseguir os jornalistas, impedindo-os de divulgar a situação. Amade tem noticiado os ataques a civis por grupos armados na província de Cabo Delgado desde o seu início.

LÍNGUA PREFERIDA PARA O DESTINATÁRIO: Português - Inglês

Pode também escrever na sua própria língua.

POR FAVOR ENVIE OS APELOS O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, ATÉ: [30-05-19]

Por favor verifique junto do escritório da secção da Amnistia Internacional do seu país caso envie os apelos após a data acima indicada.

NOME E PRONOME A UTILIZAR: Amade Abubacar (ele)

LINK PARA A ACÇÃO URGENTE ANTERIOR: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr41/0154/2019/en/>